

O NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL DA UNOESC JOAÇABA COMO MEIO DE ACESSO À CIDADANIA

Marcia Marcondes Diniz de Freitas¹

Ardinete Rover²

Ricardo de Deus e Silva³

Ivonez Xavier de Almeida⁴

RESUMO

O presente relato de experiência trata da implementação de projeto de extensão social sobre Educação Fiscal, pelo curso de Ciências Contábeis, por meio do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), convênio entre a Receita Federal do Brasil e a Universidade do Oeste de Santa Catarina, nas escolas públicas estaduais de ensino médio de Joaçaba e Vargem Bonita. Foram envolvidos professores e acadêmicos dos Cursos de Ciências Contábeis e Direito de Joaçaba. Foram atingidos entre 200 e 250 alunos de ensino médio. A abordagem foi qualitativa e quantitativa. O resultado mostrou que há urgência em se discutirem os assuntos tributários abordados, com participação ativa dos alunos. A didática adotada foi dinâmica para promover diálogo e questionamentos, e a cooperação interinstitucional é relevante para a aproximação do Estado-cidadão. Palavras-chave: Educação fiscal. Unoesc. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Receita Federal do Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Este relato de experiência tem como base um projeto de extensão social sobre Educação Fiscal, empreendido pelo Curso de Ciências Contábeis, por meio do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), um convênio entre a Receita Federal do Brasil e a Universidade do Oeste de Santa Catarina. Além dos acadêmicos de Ciências Contábeis de Joaçaba, participaram os de Direito da mesma Cidade.

A problemática se baseia na pouca confiança nas instituições políticas nas sociedades latino-americanas contemporâneas, que duvidam da capacidade governamental de resolução de problemas em prol do bem-estar da população (MOISÉS, 2010; PARAMIO, 2002; ZOVATTO, 2002). Power e Jamison (2005) citam três causas da baixa confiança: o baixo desempenho econômico, os escândalos de corrupção e a utilização das instituições para fins particulares pelos políticos. Isso culmina no fraco apoio à democracia na América Latina.

Tratar do pacto social sob a dimensão de Hobbes (1999), Locke (1983), Rousseau (1978) e Rawls (2002), para compreender o funcionamento da sociedade nação, tem como fundo essencial o bem-estar do cidadão, com acesso a bens e serviços. Nessa relação o cidadão tem como papel principal o recolhimento dos tributos. No entanto, com base no baixo retorno social o cidadão entende o tributo como punição e não com dever cívico, sobretudo com base no conceito de governança proposto por Bresser Pereira (2004), em que governança é a capacidade financeira e administrativa de o governo colocar em prática as suas decisões e a governabilidade é a capacidade política de o governo tratar interesses.

Mas cabe ressaltar que o retorno socioeconômico do tributo à sociedade incide diretamente na duração dos regimes; no caso do Brasil, o regime democrático, sua legitimidade e o grau de adequação a etapas de desenvolvimento capitalista. “A relação precisa entre receitas e benefícios é de fundamental importância para serem entendidas essas características do regime e da cultura.” (SCHNEIDER, 2011, p. 141).

¹ Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; marcia.freitas@unoesc.edu.br

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; ardinete.rover@unoesc.edu.br

³ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; ricardo.ds10@hotmail.com

⁴ Mestranda em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade de Chapecó; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; ivonez.almeida@unoesc.edu.br

Ressalte-se que a cidadania inclui o cidadão no processo de conhecimento e de participação nas decisões políticas e administrativas, no entanto somente pelo viés da informação, perseguindo o objetivo democrático de forma mais plana no sentido de oportunidades de participação.

Quando se vive em sociedade, na busca do bem comum, o cumprimento dos deveres é essencial, pois quando um indivíduo deixa de cumprir sua obrigação, afeta o bem-estar dos outros indivíduos. Logo, para a manutenção do Estado e garantia dos direitos sociais há necessidade do cumprimento dos deveres fiscais por parte dos cidadãos”. (LIMA, 2008, p. 26-27).

À medida que o Estado se aproxima do cidadão, contribui para esse processo. Por isso, a discussão atual se realiza em torno do desconhecimento generalizado do cidadão sobre o tema, da falta de ética em relação à sonegação de tributos e da corrupção como pilar central da cultura brasileira. Logo, verifica-se como questão central a ser discutida: qual a percepção da nova geração de cidadãos sobre aspectos essenciais tributários? E abrem-se questionamentos secundários como: há um reconhecimento dos tributos no cotidiano? Qual a percepção quanto à corrupção? Qual a percepção para a relação arrecadação, gestão pública e desenvolvimento do País?

A relevância do estudo ocorre na medida em que além de ser um projeto de extensão que adentra a comunidade para discutir questões fiscais, ainda coleta dados para compor uma pesquisa científica de um tema pouco estudado no Brasil. O aspecto cultural, com base na percepção do contribuinte, não tem sido foco das pesquisas nacionais, mas tão somente os aspectos econômicos ou históricos. No entanto, no processo político-democrático a análise da opinião social tem um valor essencial para justificar os comportamentos sociais em relação ao contexto político, sugerindo novas políticas públicas, ensejando manutenção das consolidadas ou posicionando grupos políticos no poder ou não. Para Schneider (2011), compreender as características da população sobre assuntos fiscais delinea sua possível predisposição de apoio aos regimes políticos e sua relação com a sociedade internacional em termos de economia.

Para Durlauf e Fafchamps (2004, p. 13), a possibilidade de receitas coletivas via tributação resulta na melhor organização pelo Estado dos bens públicos com base em mobilização pública e habilidades de liderança. Para Silva (1996, p. 39), importante ressaltar o papel das instituições que existem nas sociedades exatamente porque “minimizam as incertezas e definem o padrão de comportamento socialmente desejável. Contudo, uma das principais funções das regras do jogo nas sociedades democráticas é a garantia da lei e do direito de propriedade”, resultando na parametrização para o estabelecimento e o cumprimento de contratos e a garantia de investimentos.

O objetivo do projeto de extensão foi a promoção do exercício da cidadania por meio da Educação Fiscal no que se refere ao desenvolvimento da cultura regional em relação à conscientização dos direitos e deveres do cidadão como contribuinte. E como objetivos específicos:

- a) promover a compreensão dos temas relacionados à Educação Fiscal como finanças públicas, sistema tributário nacional, gestão pública, corrupção, controle interno e externo, desenvolvimento nacional e a própria educação fiscal;
- b) apresentar o papel do cidadão consciente aos alunos do ensino médio das escolas pré-determinadas;
- c) coletar e registrar os dados sobre as palestras e demais atividades de Educação Fiscal implementadas;
- d) analisar os dados à luz da teoria de Educação Fiscal.

Os resultados esperados referem-se a:

- a) disseminação do conhecimento sobre as questões fiscais no Brasil, considerando a urgência do tema diante da crise econômica e política do País;
- b) atingir alunos do ensino médio de escolas públicas;
- c) envolver acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e Direito para sua própria consciência fiscal e para a formação cidadã;
- d) desenvolver o pensamento e a escrita desses acadêmicos, com a formatação de materiais de apoio;
- e) desenvolver no acadêmico o interesse pela pesquisa científica e pela interação com a comunidade.

Dessa forma, a inserção do professor e do acadêmico no seio social, implementando um projeto social e coletando as percepções do cidadão, tem um bojo empírico com base na teoria já estudada.

2 METODOLOGIA

A pesquisa científica pode ser realizada a partir de duas metodologias: a qualitativa e a quantitativa, que podem ser empregadas separadas ou conjuntamente. E Barquero (2009, p. 9) assevera que “todo e qualquer dado quantitativo está baseado em julgamentos qualitativos; e todos os dados qualitativos podem ser descritos e manipulados quantitativamente.”

Da mesma forma, Babbie (1999) ensina que característica essencial da ciência é a sua capacidade de generalização, explicando as razões de eventos por meio de variáveis mínimas possíveis, e eventualmente que essas causas sejam múltiplas.

Para tanto, foi utilizada a pesquisa quantitativa em que se objetivou prever o comportamento social e político das pessoas com base na sua opinião fiscal. Nesse sentido, criando padrões probabilísticos e, eventualmente, criando uma relação geral entre “duas variáveis que não precisa ser verdadeira em 100% dos casos observáveis.” (BABBIE, 1999, p. 61).

Foi adotado o tipo de pesquisa *survey*, que permite estudar o comportamento de uma população por meio de uma amostra, aplicando um questionário com respostas codificadas e registradas de forma quantitativa, que possibilitam uma análise e generalização. No entanto, a aplicação do questionário foi direcionada para os grupos de alunos do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, turmas da manhã e da noite, das escolas públicas escolhidas, no caso, a Escola de Educação Básica Gov. Celso Ramos em Joaçaba e a Escola de Educação Básica Vítório Roman em Vargem Bonita. Assim, contemplando integralmente as turmas determinadas.

A escolha das escolas ocorreu com base em uma reunião com a coordenadora da Gerência Regional de Educação da 7ª Seção, em Joaçaba. Foram indicadas três escolas regionais para a realização do projeto de extensão. No entanto, uma estava impossibilitada em relação ao tempo para as atividades. O critério de escolha foi o conhecimento da coordenadora em relação à necessidade das escolas de projetos de extensão que promovam a inserção de cidadania e educação fiscal.

O projeto iniciou-se em março de 2017 e finalizou-se em novembro de 2017. Nesse ínterim, a equipe de pesquisa se reuniu várias vezes para a definição dos temas a serem tratados nas palestras, a elaboração do material de apresentação nas escolas, a definição e pesquisa da base teórica do estudo científico, a elaboração do questionário de coleta de dados e, por fim, a elaboração de um cronograma conjunto entre os Cursos de Ciências Contábeis e Direito. O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), inserido no Curso de Ciências Contábeis, por meio de sua coordenadora, foi o articulador de todo o trabalho de extensão, o qual contou com a participação de acadêmicos de Ciências Contábeis e Direito.

Foi programada a realização de cinco palestras por escola em cada horário, manhã e noite. Assim, em cada turno a escola promovia a reunião dos alunos em um espaço maior para facilitar a acomodação. No total foram 20 palestras proferidas nas duas escolas.

Tabela 1 – Palestras, alunos de escolas públicas e acadêmicos envolvidos

Escolas públicas	EEB. Celso Ramos – Joaçaba	EEB. Vítório Roman – Vargem Bonita
Palestra 1	177	81
Palestra 2	156	89
Palestra 3	142	87
Palestra 4	142	87
Palestra 5	132	85
Total	749	429

Fonte: os autores.

Em relação aos acadêmicos envolvidos, foram nove do Curso de Ciências Contábeis e dois do Curso de Direito, ambos da Unoesc Joaçaba.

A elaboração do questionário a ser aplicado logo no início das palestras foi realizada com discussão dos autores e aplicação de um pré-teste aos acadêmicos do Curso. Foram inseridas pequenas mudanças de nomenclatura para facilitar o entendimento do aluno pesquisado e definida a estrutura final do questionário a ser aplicado. Em seguida, foi realizada a tabulação e análise dos dados. Além disso, a observação participante da coordenadora do NAF, que participou de todas as palestras, foi essencial para a composição da análise. As várias palestras proferidas geraram debate e demonstraram aspectos de insatisfação bem maiores do que esperanças efetivamente. Foram considerados na análise as percepções dos palestrantes. Por fim, na última palestra em cada escola foram apresentadas de forma breve e superficial as conclusões da pesquisa.

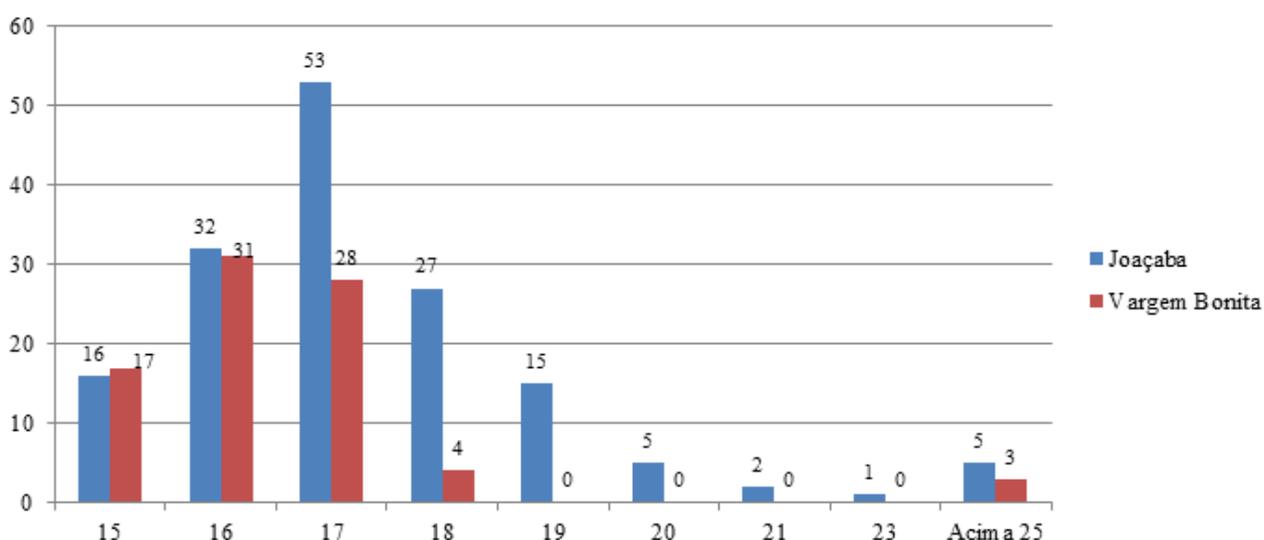
3 DISCUSSÃO

A implementação do projeto de extensão iniciou-se no primeiro semestre de 2017, com o planejamento. Foram organizados o cronograma, os temas a serem tratados nas palestras e o material a ser usado nas palestras. As palestras foram realizadas no período de 01 de agosto a 15 de novembro de 2017, nas escolas e com os acadêmicos dos Cursos de Ciências Contábeis e Direito.

No primeiro encontro com os alunos das duas escolas públicas selecionadas, na palestra 1, foi aplicado um questionário contendo oito perguntas diretamente envolvidas aos tributos e o retorno para a sociedade. Assim, primeiramente, apresentam-se os dados coletados via esses questionários sobre a percepção dos alunos sobre o assunto de impostos e sua aplicação.

Quanto à faixa etária dos alunos, verificou-se que a maioria está entre 15 e 19, ou seja, na fase de decisão de profissão, e alguns já estão inseridos no mercado de trabalho. Logo, a necessidade da noção tributária começa a fazer diferença na vida cidadã desses alunos.

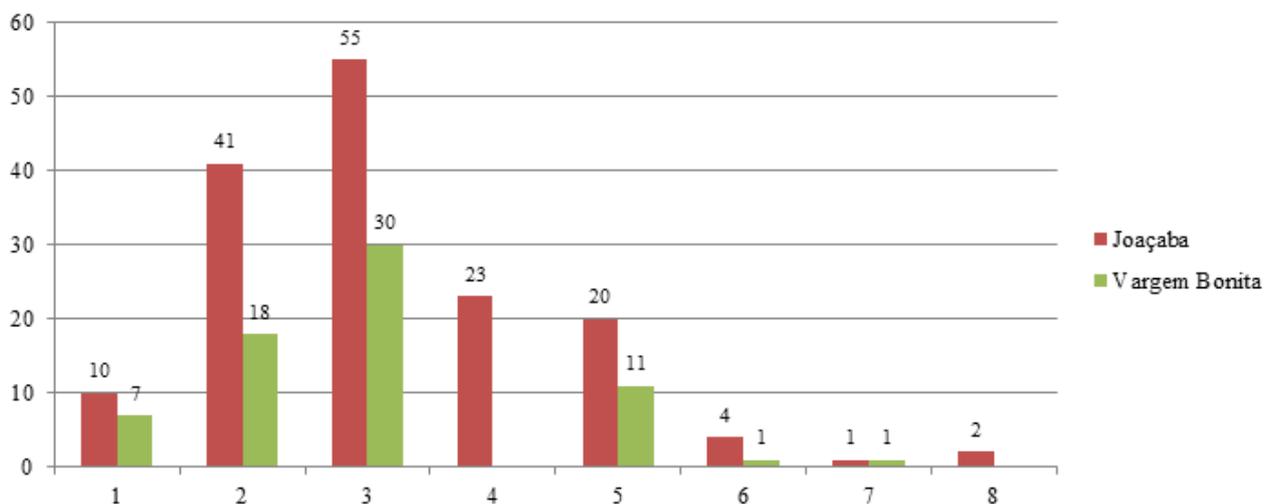
Gráfico 1 – Idade dos alunos pesquisados



Fonte: os autores.

A segunda questão mostra a composição do grupo familiar. Nota-se que a famílias dessas escolas possuem entre três a quatro membros na sua maioria. No entanto, o número de famílias com cinco membros também é significativo.

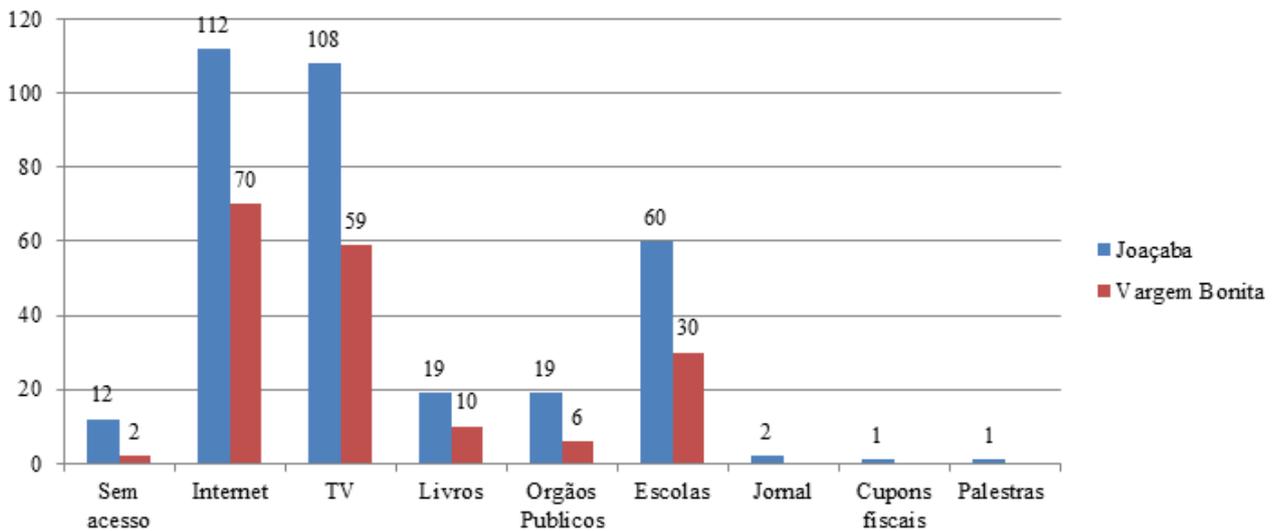
Gráfico 2 – Número de pessoas no grupo familiar



Fonte: os autores.

A terceira questão retrata como a informação sobre tributos chega aos alunos do ensino médio das duas escolas, notando-se que a internet é o meio de acesso mais utilizado pelos jovens para buscar informações sobre o assunto. Em seguida, a televisão, por meio de programas de jornal, e em terceiro a escola, que promove alguns debates sobre o tema. Percebe-se que em alguns casos os alunos afirmaram não ter acesso a meios de informações.

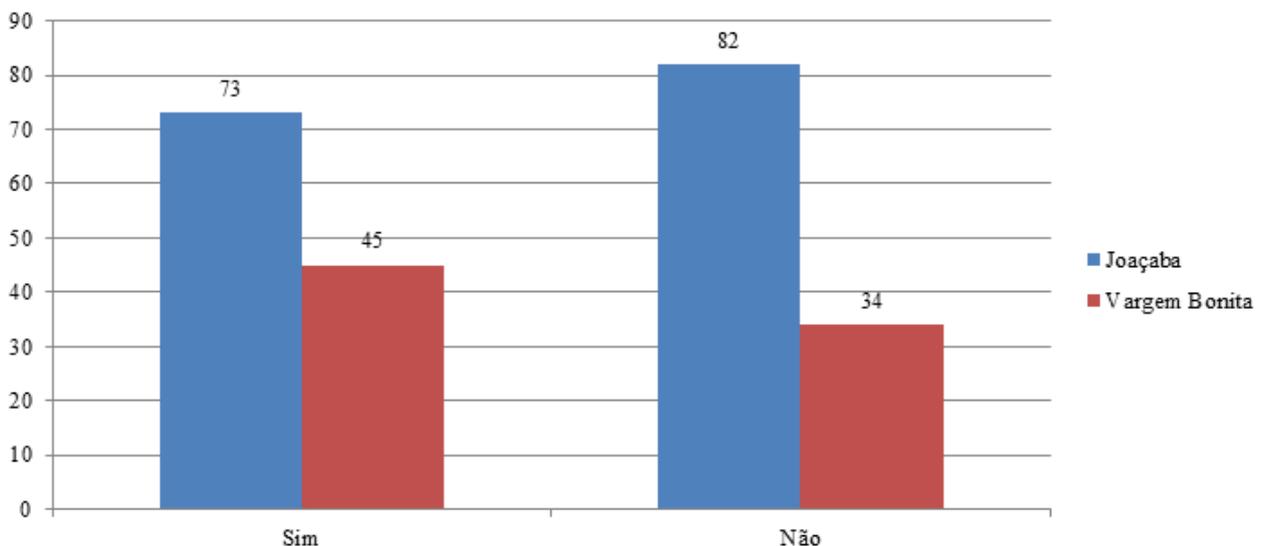
Gráfico 3 – Acesso à informação sobre tributos



Fonte: os autores.

A quarta questão objetivou identificar o diálogo no grupo familiar sobre o tema tributário. Em Vargem Bonita apurou-se um percentual maior que diz ter conversas sobre o tema em casa. Já em Joaçaba a maioria diz que não possui esse tipo de diálogo em casa, conforme demonstra o Gráfico 4.

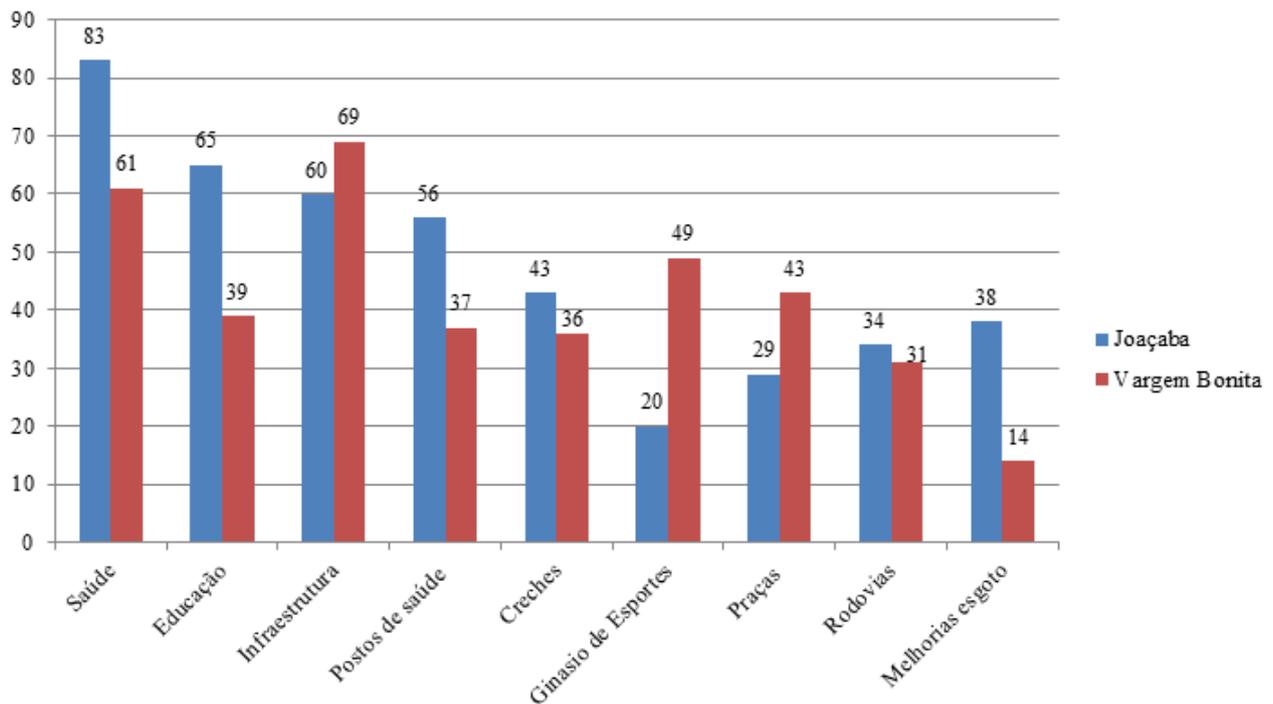
Gráfico 4 – Diálogo no grupo familiar sobre tributos



Fonte: os autores.

O objetivo do quinto questionamento refere-se à percepção do aluno quanto à aplicação dos tributos arrecadados na sua comunidade. A maioria dos alunos percebe o retorno na área da saúde, sendo a alternativa mais assinalada nos dois locais, em seguida investimentos em infraestrutura e educação. Mas se observa que os demais itens foram assinalados em menor grau. A noção dos alunos em relação aos serviços do Estado já está bastante clara e disseminada entre a população, ou seja, faz parte do seu cotidiano esse discurso.

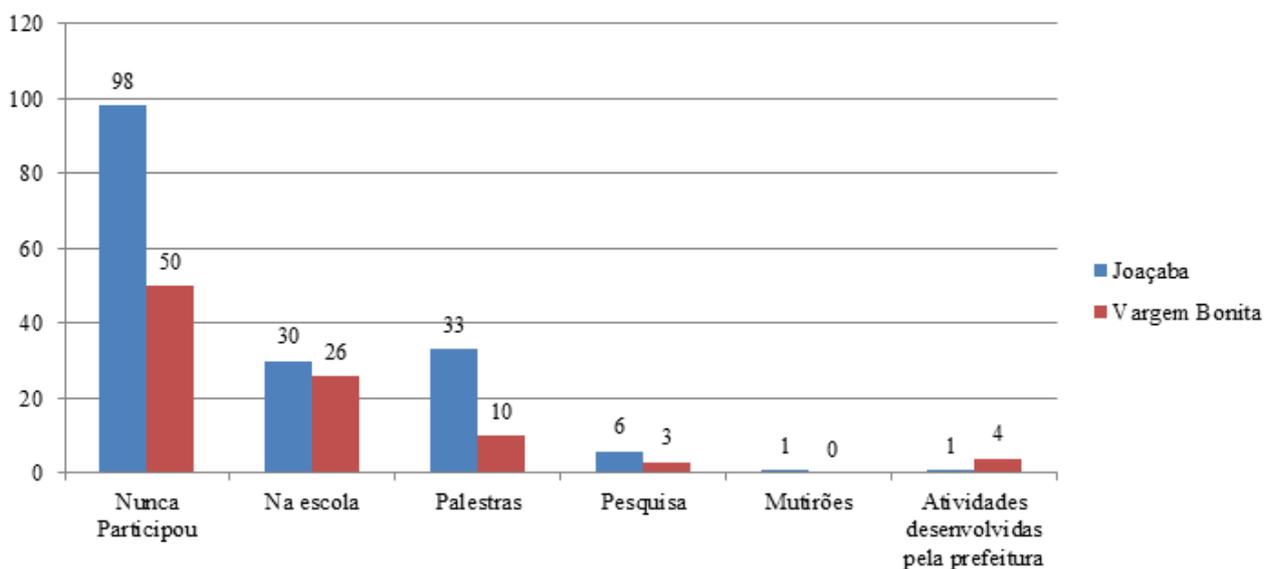
Gráfico 5 – Percepção de aplicação na comunidade do valor dos tributos



Fonte: os autores.

A sexta questão objetivou identificar as atividades de educação fiscal empreendidas por órgãos públicos, escolas e prefeitura. A maioria dos alunos informa nunca ter participado de atividades fiscais, ou seja, não houve atividades em sala de aula ou a criação de grupos de debate sobre esse tema.

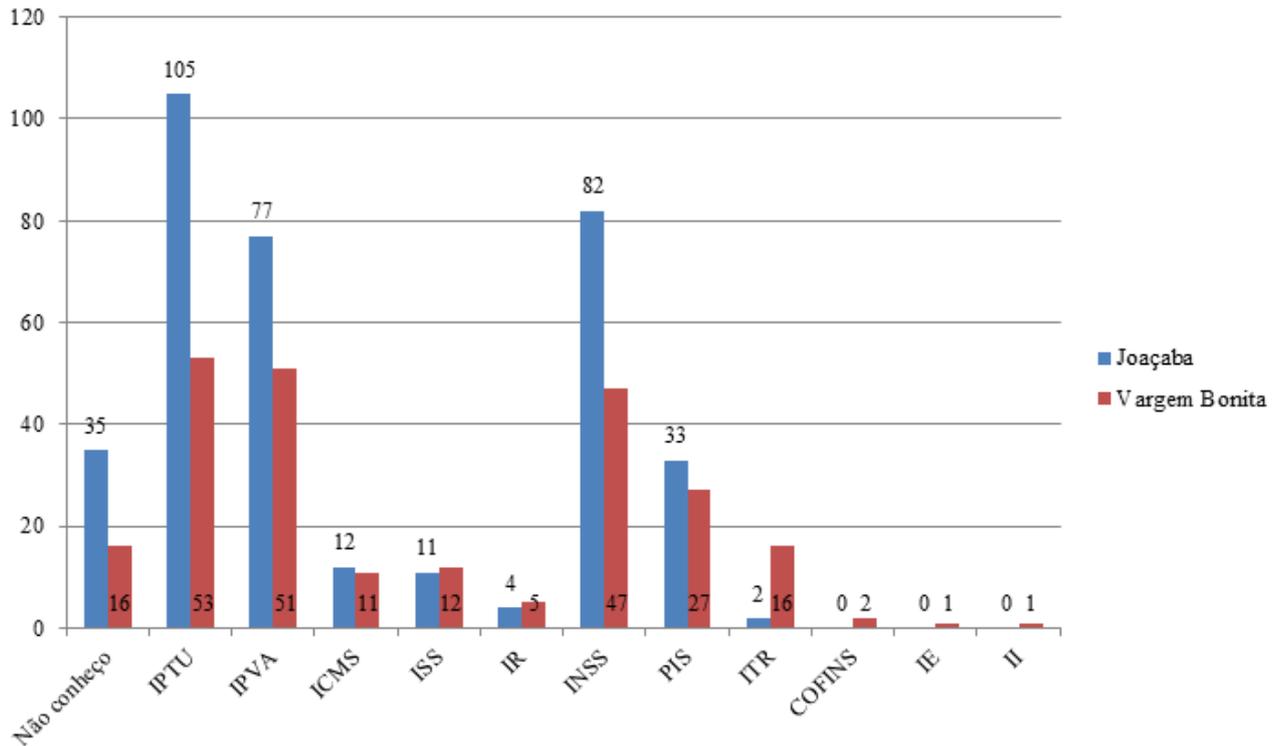
Gráfico 6 – Participação dos alunos em atividades de educação fiscal



Fonte: os autores.

A sétima questão objetivou identificar o conhecimento dos impostos que o grupo familiar recolhe. A maioria dos alunos identifica o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano (IPTU) como o mais conhecido, em seguida a Contribuição Social, comumente conhecida como INSS, e o Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA). Nesse caso registraram-se alunos que não conheciam ou não sabiam se sua família pagava algum dos impostos.

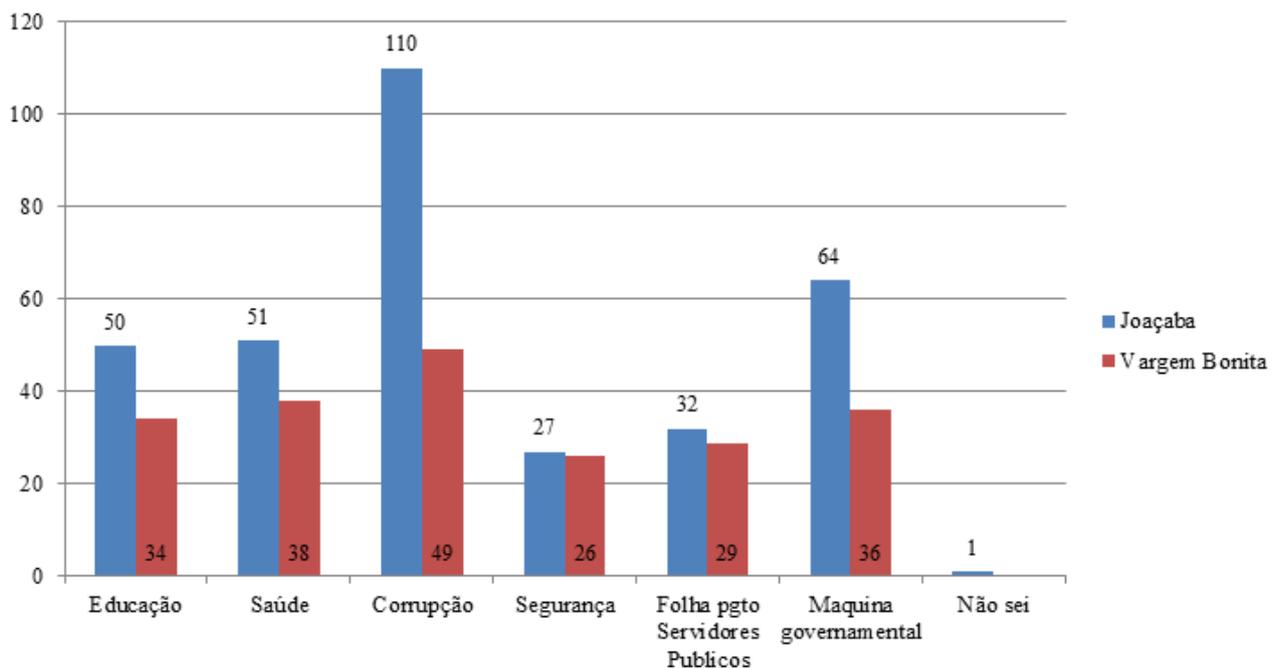
Gráfico 7 – Principais tributos conhecidos pelos alunos



Fonte: os autores.

A última questão objetivou identificar se os alunos têm conhecimento de onde podem ser empregados os valores arrecadados com os tributos. Nessa questão de múltipla escolha, ao contrário da quinta questão, foi colocada a opção corrupção, e foi identificada como o maior direcionamento do dinheiro público, seguida pela educação e saúde como destino principal.

Gráfico 8 – Principais tributos conhecidos pelos alunos



Fonte: os autores.

O que se verifica em relação às respostas dos questionamentos vem ao encontro da teoria apresentada, no sentido de que mesmo sem uma noção completa e profunda do sistema tributário, os alunos de ensino médio das escolas

determinadas demonstram certa desconfiança do sistema quando elegem a corrupção como principal direcionamento dos valores arrecadados. E que a Educação Fiscal se trata de uma ação sistêmica necessária e emergencial, sobretudo para as novas gerações, que estarão no mercado de trabalho e nas posições políticas locais e regionais. Não existem ações de Educação Fiscal nos âmbitos público e privado.

Assim, a experiência vivida com esse projeto de extensão aplicado nas escolas públicas estaduais de ensino médio de Vargem Bonita e Joaçaba, com o apoio da Receita Federal do Brasil – Delegacia de Joaçaba, por meio de doações aos estudantes, evidencia o quanto os jovens querem discutir os temas gestão da sociedade, sistema tributário, corrupção e ética. Em todas as palestras houve participação ativa dos alunos, com colocações sobre a situação socioeconômica do País e sobre a corrupção. Os dois assuntos são os mais ouvidos na mídia pelos alunos, e também discutidos de forma superficial no âmbito social.

No entanto, o objetivo das palestras foi exatamente desmistificar alguns conceitos como: pagar tributos trata-se de um dever e não de um privilégio, o povo paga e o político desvia, a arrecadação é mal-empregada, a burocracia mata o País. Além disso, foram inseridos conceitos relevantes para o entendimento do sistema socioeconômico do País, como: produto interno bruto (PIB), desenvolvimento e crescimento, ética e moral, sistema tributário e gestão pública.

Dentro de cada conceito e tema tratados foram apresentadas as profundidades, assim, ao tratar do PIB foi relacionada a carga tributária e realizada uma comparação entre países sobre arrecadação e retorno dos tributos para a sociedade. No que tange ao desenvolvimento, foram relacionados os artigos 1, II e III, e 3, I, II e III, da Constituição Federal, incluindo a participação do setor privado como gerador de empregos e renda para a sociedade e tributos para o Estado, além de inovação e geração de divisas para o País. Foi tratada a diferença entre crescimento e desenvolvimento.

Quanto ao sistema tributário, a abordagem foi a mais didática possível aos alunos, respeitando sua idade e experiência de vida. Assim, foi realizada uma linha comparativa com a vida de um cidadão comum, com o emprego, sua renda mensal e suas obrigações de sustento familiar. Apresentou-se a diferença entre tributação direta e indireta. E foi tratado dos serviços recebidos do Estado que são resultados do tributo pago diariamente.

Por fim, foi abordada a questão de gestão pública e ética. Primeiramente apresentaram-se os princípios administrativos, ressaltando todos como fonte de uma gestão pública ética. Também foram apresentados alguns instrumentos de transparência pública e, em especial, o papel dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Ressalta-se novamente que em todas as palestras os jovens alunos tiveram participação ativa, pois houve diálogo e ponderações sobre a teoria que claramente podiam visualizar na prática e no seu cotidiano. O formato de diálogo foi um método efetivo, inclusive com a participação dos professores da escola.

Não foi apurada a evolução dos alunos em relação aos conceitos apresentados, no entanto observou-se, pela participação, que o objetivo pretendido em termos de Educação Fiscal foi atingido, na medida em que houve questionamentos, afirmações e conclusões das turmas em relação aos temas.

Outra questão interessante que foi percebida durante as palestras se refere ao tamanho das turmas. Em turmas menores houve maior discussão que em grupos maiores, pela reunião de várias turmas. Isso demonstra que os alunos se sentem melhor em grupos menores e entre os seus amigos para discutir, apresentar e concatenar as ideias.

Quanto à participação dos acadêmicos de Ciências Contábeis e Direito, percebe-se que foi uma oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal. Os acadêmicos participaram ativamente das palestras com a apresentação inicial de uma atividade quebra-gelo, ou seja, com o objetivo de envolver os alunos ouvintes por meio de uma atividade lúdica e de inserir os acadêmicos na prática, trazendo a moral da história aos alunos. Também fizeram uma apresentação pessoal, relatando sua trajetória escolar e acadêmica, sua participação ativa nas atividades acadêmicas, tanto em projetos de extensão quanto de pesquisa e outras, como estágios. Os depoimentos dos acadêmicos são extremamente válidos para os alunos de ensino médio que estão por definir suas profissões e que, por vezes, estão decidindo suspender seus estudos para somente trabalhar. Um relato sobre as dificuldades vencidas pode ser um motivador para que o aluno tome a atitude de enfrentar alguns sacrifícios para alcançar seus objetivos, que hoje são apenas sonhos.

Por fim, a experiência do projeto de extensão aliado a um projeto de pesquisa realizado com coleta de dados e com o relato de experiência pode vir a ser um modelo de implementação de Educação Fiscal a ser disseminado regionalmente.

Neste relato certifica-se a importância desse tipo de atitude social das Universidades e das entidades públicas, no caso, com o apoio da Receita Federal do Brasil, Delegacia de Joaçaba.

4 CONCLUSÕES

Esta pesquisa é resultado da implementação de um projeto de extensão social sobre Educação Fiscal, empreendido pelo Curso de Ciências Contábeis, por meio do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), um convênio entre a Receita Federal do Brasil e a Universidade do Oeste de Santa Catarina, nas escolas públicas estaduais de ensino médio de Joaçaba e Vargem Bonita. Foram envolvidos professores e acadêmicos dos Cursos de Ciências Contábeis e Direito, ambos de Joaçaba, atingindo entre 200 e 250 alunos de ensino médio a cada palestra, com o total de cinco palestras sequenciais e continuadas.

Assim, a conclusão mais relevante da experiência e da aplicação do questionário, conforme metodologia utilizada, refere-se à necessidade da implementação de projetos de Educação Fiscal local e regional, pois se evidenciou a urgência da sociedade em debater esses temas dentro das escolas, além da grade curricular, introduzindo-os de uma forma lúdica, com outro formato e didática.

O conhecimento do sistema tributário e da gestão pública tem papel fundamental no exercício da cidadania, na medida em que o jovem aluno desenvolve seu papel cidadão. Ao compreender o funcionamento da sociedade e as inter-relações entre as entidades, órgãos públicos e setor privado, com base nos princípios constitucionais, consegue visualizar o papel do Estado e da sociedade civil. Observou-se que a apresentação conceitual dos temas, com objetivo de discernimento claro e objetivo, foi essencial no decorrer das atividades e que os alunos tinham muito a contribuir com a discussão.

As parcerias entre a Universidade e órgãos públicos, como a Receita Federal do Brasil, um órgão de Estado, são essenciais para aproximar o Estado da comunidade e, ao mesmo tempo, fortalecer a ideia de que há um movimento para a credibilidade do Estado diante da gestão da coisa pública. A evolução das ações estratégicas de cada órgão de Estado acompanha a legislação, que prevê mais transparência. Ao mesmo tempo, para atingir maior parcela da população há necessidade de parcerias com as instituições de ensino, que são diretamente ligadas à comunidade e possuem o manejo didático para alcançar o resultado pretendido.

Assim, o NAF tem um papel essencial para essas atividades, sobretudo para a promoção da educação cidadã do profissional dos cursos envolvidos, no caso, Ciências Contábeis e Direito.

The Unoesc Joaçaba county and fiscal support center as a means of access to citizenship

Abstract

The present experience report deals with the implementation of a social extension project on Fiscal Education, through the course of Accounting Sciences, through the NAF - Accounting and fiscal support center, an agreement between the Federal Revenue Service of Brazil and the University of West Santa Catarina, in the state public high schools of Joaçaba and Vargem Bonita. Professors and academics of the course of Accounting Sciences and academic of the course of Law, Joaçaba were involved. Between 200 and 250 students of high school were reached. The approach was qualitative and quantitative. The result showed that there is an urgency to discuss the tax issues addressed, with active participation of the students. The didactics adopted was dynamic to promote dialogue and questioning and inter-institutional cooperation is relevant for the approximation of the citizen state.

Keywords: Fiscal education. Unoesc. Nucleus of Accounting and Fiscal Support (NAF). Brazil's federal revenue.

REFERÊNCIAS

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BAQUERO, M. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: a lógica e mecanismo de controle. In: SALVO, M.; PORTO JUNIOR, S. da S. (Org.). **Uma nova relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 82-136.

DURLAUF, S. N.; FAFCHAMPS, M. Social Capital. **NBER Working Papers**, Cambridge, n. 28, p. 1-91, abr. 2004.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

LIMA, A. S. S. **Uma contribuição ao marketing social e a educação fiscal no Brasil**: análise por meio de casos múltiplos. 2008. Tese (Departamento de Dirección de Empresas y Sociología)–Universidade de Extremadura, Badajoz, Espanha, 2008.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

MOISES, J. Á. (Org.). **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? Soa Paulo: Edusp, 2010.

PARAMIO, L. La crisis de la política em América Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 32, p. 15-28, dez. 2002.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, mar. 2005.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROUSSEAU, J.-J. **Do Contrato Social**: ensaio sobre a origem das línguas, discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, discurso sobre as ciências e as artes. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

SCHNEIDER, A. Finanças públicas e cultura política: fontes de receitas e natureza dos estados. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura (s) Política (s) e democracia no Século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 141-163.

SILVA, M. F. G. da. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública – II. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 38-50, out./dez. 1996.